

1781
RECONQUISTA

Em 1752, instituiu-se a Capitania Geral de Moçambique em governo independente do da Índia. É verdade que os «generais» de Moçambique, como por cá se chamava aos «capitães-generais e governadores», ainda por muito tempo sentiram comprometida essa independência e sofreram a tutela de Goa — porque, recebendo o seu estado em tremenda decadência, sem recursos, sem comunicações regulares com o Reino, frequentemente recorriam ao vice-rei e por intermédio dele comunicavam com a Corte. Ainda assim, a instituição serviu desde logo, validamente, ao progresso de Moçambique. E, no que respeita à baía de Lourenço Marques, com ela se inicia o movimento que levará à plena e decisiva confirmação da soberania portuguesa. Esse movimento foi, por algum tempo, frouxo e vacilante, com um colapso de nove anos em que consentiu o estabelecimento dos Austríacos, mas de que saiu para o gesto sem o qual mesmo o próprio golpe de força militar teria sido inconsequente: a ocupação.

Francisco de Melo e Castro, o primeiro general de Moçambique, denunciou em 1753 o completo abandono a que a baía estava votada. Dois anos depois, expede para Lourenço Marques um iate. Tratava-se, parece, dum simples reconhecimento, posto que provavelmente com alguma demora para comércio. McCall Theal ⁽¹⁾ apresenta-nos, mesmo, esta expe-

(1) *The Portuguese in South África.*

dição como tentativa para estabelecer uma estação comercial e diz que o pequeno grupo de homens mandados de Moçambique para tal fim se instalou na margem sul do Espírito Santo, fez algum negócio com os indígenas e retirou-se ao cabo de pouco tempo. Julgamos, todavia, mais de aceitar que a expedição não passasse de simples exploração. Em todo o caso, esses homens já não estavam na baía quando, em Junho de 1757, a ela arribou o navio holandês *Naarstigheid*.

A Pedro de Saldanha de Albuquerque se deve, no seu primeiro governo da Capitania-Geral, desde 1758 a 1762, a tentativa de restabelecimento da frequência regular da baía. Infelizmente, não possuímos sobre este ponto mais que uma lacónica informação, se bem que de autor digno de crédito (¹). Segundo ela, Saldanha de Albuquerque «protegeu o comércio da baía, donde, apesar de um estabelecimento holandês, extraiu ferro, cobre e arroz».

A menção de «um estabelecimento holandês» na baía, por esta época, só é aceitável em relação com os naufragos do *Naarsügheid* que, como dissemos, permaneceram na baía durante dois anos, desde Junho de 1757. Assim, o empreendimento de Saldanha de Albuquerque deve ter-se efectuado em fins de 58 ou em 59 (²).

(¹) Francisco da Costa Mendes, que foi secretário geral em 1849 e deixou um valioso *Catálogo Cronológico e Histórico dos Capitães-generais*, etc., só impresso em 1892.

(²) A menos que McCall Theal tenha errado e a demora dos naufragos fosse mais prolongada. É de notar que Theal acentua que, durante a estadia, esses homens não viram nem ouviram de Portugueses na baía. É estranho, também, que entre as mercadorias negociadas, segundo Costa Mendes, não figure marfim, o produto mais procurado e abundante neste comércio.

Em 2 de Abril de 1763, o novo capitão-general Silva Barba despachou em missão à baía o tenente-coronel António José de Melo, com o fim de firmar com os régulos a garantia do monopólio comercial português. Estava, então, já promulgada a obrigação de todos os navios que viessem ao comércio dos portos irem, primeiro, despachar à alfândega da ilha de Moçambique. António José de Melo devia, pois, convencer os régulos a só comerciarem com Portugueses; para sinal de que os navios que ali chegassem haviam, realmente, sido despachados em Moçambique, levariam passaportes selados com as armas da real coroa de Portugal (e cujo modelo António José de Melo mostraria aos régulos), em duplicado, ficando uma via com o comandante, a outra com o régulo.

Julgamos que António José de Melo não cumpriu essa parte das instruções e teria sido esta (não a sua atitude com os navios ingleses que encontrou no porto) a causa da devassa que lhe foi instaurada (¹). Realmente, no seu relatório ao capitão-general, ele descreve a baía, dá conta daqueles navios e do negócio que faziam, ajuíza do interesse do comércio mas nada reporta acerca de conversações com os régulos, as quais constituíam, afinal, o próprio objecto da sua missão.

Não há dúvida de que, iniciado por Saldanha de Albuquerque ou por Silva Barba, houve, então, certo movimento entre Moçambique e Lourenço Marques. Em 1764, surge um tal Domingos Jacinto Rosa, vindo do Brasil «expressamente para o comércio de Lourenço Marques» (²). Em 1768, porém, encontrou

(¹) Todavia, as testemunhas inquiridas referiram-se, apenas, às relações com o navio inglês, como se fossem essas, só, o fim da inquirição.

(²) Bordalo, *Ensaio estatísticos*, já citados.

os Ingleses estabelecidos, com uma paliçada, na baía e desistiu da empresa ⁽¹⁾.

Este incipiente movimento paralisou e o comércio português com a baía esteve, de novo, interrompido até 1779-1780, por motivo de oneração pautal imposta por Baltasar Manuel Pereira do Lago, capitão-general desde 1765 a 1779. Pereira do Lago estabeleceu em 20% os direitos sobre as mercadorias que saíssem de Moçambique para Lourenço Marques — o que elevava a 40% a contribuição dos comerciantes, pois além dos direitos de saída havia, ainda, os que incidiam sobre a carga de retorno, os quais eram, também, de 20% (isto não contando os que recaíam sobre a importação da Índia ou de Portugal: 1%).

Finado Pereira do Lago aos 3 de Agosto de 1779, os negociantes representaram à junta governativa, em 22 de Novembro, advogando a necessidade de diminuição dos direitos. A junta concordou e os direitos de saída caíram para 8%. Os negociantes reanimaram-se. Em 1780, Vitorino José Garcia armou o seu navio para Lourenço Marques. Era, todavia, tarde: os Austríacos achavam-se já instalados na baía. Ainda desta vez o esquecimento dos Portugueses tinha sido motivo, como um século antes D. Rodrigo da Costa advertira, para que estrangeiros tomassem posse do cobiçado porto ⁽²⁾.

Aparece, então, Guilherme Bolts na perturbada cena da baía de Lourenço Marques. Em 1779, o vice-rei desempenha o seu papel na comédia preparada por Martinho de Melo e Castro e, deixando Bolts sozinho em cena, fica-se à espera, entre bastidores, de «ver se

⁽¹⁾ Bordalo, *Ensaios estatísticos*, já citados.

⁽²⁾ Um dos argumentos do protesto diplomático austríaco de 1782 era que cinco anos tinham decorrido desde que Bolts adquirira as terras «aos príncipes naturais do país», sem que, entretanto, a Corte de Lisboa tivesse formulado qualquer reclamação.

os efeitos dos ditos estabelecimentos se desvaneciam».

Ao contrário, porém, e a despeito de que na Índia chegou a constar que o aventureiro inglês desistira, a empresa de Trieste ganhou vulto. Os dois primeiros carregamentos expedidos por Bolts animaram os seus mandatários a mais amplos projectos. Em Lisboa, receu-se. E, desta vez, o jogo foi forte e franco: o vice-rei recebeu ordem categórica para mandar destruir a feitoria austríaca. Em carta de 15 de Março de 1780, o ministro expunha-lhe assim a situação: em Trieste, procurava-se formar uma companhia real para o negócio da Ásia; «e se os navios que dali se . expedirem acharem ainda em ser o estabelecimento que o dito Bolts formou nos referidos domínios portugueses, será mais difícil depois de os lançar fora deles»; por isso ele, vice-rei, devia «não perder tempo algum em executar as ordens de Sua Majestade».

A expedição a Lourenço Marques saiu de Goa em 20 de Janeiro de 1781, a bordo da fragata de guerra *Santa Ana e S. Joaquim*, comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Nicolau Delgado Figueira da Cunha de Eça. A tropa de desembarque, sob o comando do tenente-coronel Joaquim Vicente Godinho de Mira, compunha-se de uma companhia de infantaria, outra da legião dos voluntários reais e um destacamento de artilharia: quarenta canhões (da fragata, fora as peças de campanha) e quinhentos homens, segundo os Austríacos. O capitão-general de Moçambique deveria reforçar a expedição com uma companhia de infantaria e fornecer à fragata práticos da navegação da baía.

A *Santa Ana* entrou em Moçambique a 20 de Fevereiro. Não encontrou no capitão-general ⁽¹⁾ mais que

(*) O cavaleiro de Malta frei José de Vasconcelos e Almeida. No relatório de Godinho de Mira, impresso na *Memória apresentada pelo Governo Português*, vem, erradamente, Francisco José de Vasconcelos.

«suma frouxidão», como relata Godinho de Mira, que se queixa de que o governador “devendo dar-lhe providências lhe representou dúvidas e alegou faltas»: não poderia fornecer-lhe mais de quarenta soldados; embarcação não havia, pois a única do Estado, uma corveta, achava-se então em Quelimane aonde fora buscar mantimentos; práticos também não havia...

A expedição esteve, assim, em riscos de «se desvanecer». Alguns dos oficiais, contudo, perseveraram em entusiasmo e confiança. O capitão de infantaria Luís Lopes Quaresma garantiu a Godinho de Mira que haviam de ir à baía de Lourenço Marques, fosse pelo canal, fosse por fora dele; e os capitães-tenentes. Gama Almeida e Garcez Palha prontificaram-se a levar a fragata ao porto, com as sondas na mão. Godinho de Mira declara que a estes três oficiais, principalmente, deveu o êxito da viagem de Moçambique a Lourenço Marques. Por fim, desprezando o pouco auxílio que o capitão-general anuia a dar-lhe, a expedição largou da Ilha. Recebeu, em Inhambane, dois pilotos. E em 30 de Março entrou na baía, indo ancorar entre a *Príncipe Fernando*, a pala austríaca ao serviço do estabelecimento, e a bateria montada em terra.

Foi uma acção sem brilho! Os Austríacos, dizimados pela recente refrega com os Negros, não fizeram um gesto de resistência ⁽¹⁾. A guarnição de presa instalou-se na *Príncipe Fernando*. Godinho de Mira desembarcou com parte da tropa, entrou sem impedimento na feitoria e arriou a bandeira imperial. No

(1) Em 23 de Fevereiro de 1782, o príncipe Kaunitz Rietberg instruiu o seu ministro em Lisboa para traduzir ao governo português o protesto da Corte de Viena. Essa instrução, bem como outras notas relativas à sua discussão, acham-se na *Memória apresentada pelo Governo Português*.

dia seguinte, por entre uma salva real da bateria austríaca, respondida pela *Santa Ana e S. Joaquim*, içou-se a bandeira portuguesa. A artilharia foi desmontada e remetida para a fragata, demolindo-se a obra de fortificação.

Os dois navios de comércio, o falso português e o inglês, que se achavam no porto foram vistoriados, recebendo o último a intimação de sair dentro de oito dias.

A *Santa Ana* demorou-se no fundeadouro até 23 de Abril, prevenindo a eventualidade da chegada de algum navio. Entretanto, Godinho de Mira negociou com os régulos. O Matola, que era então o soberano das terras do Tembe à Magaia, foi recebido, a bordo, na câmara do comandante. Durante a conversação, “deu bastantes provas de não ser muito selvagem» — e, ao vinho de honra, discursou. Bem sabia terem sido os Portugueses os primeiros que conquistaram aquelas terras; tinham-nas, porém, abandonado e havia muitos anos que não mandavam ali navio a comerciar nem a levar-lhe aqueles géneros de que ele e a sua gente precisavam; e, por esse esquecimento, ele fora obrigado a tratar com os Imperiais. Mas se os Portugueses tornavam a vir, com eles só queria tratar, pois era irmão de Sua Majestade — “à saúde de quem bebia com toda a veneração e respeito». E bebeu, regamente, enquanto reboava, solene, uma salva de vinte e um tiros...

A 25 de Abril, a *Santa Ana* suspendeu e foi fundear junto da ilha dos Portugueses. A 27, fez-se um desembarque na Inhaca. Juntou-se multidão de cafres e apareceu o régulo, mal humorado, procurando convencer Godinho de Mira a não destruir as instalações austríacas. O ambiente tornou-se tenso, carregado de hostilidade e ameaça. Todavia, os indígenas não che-

garam a ousar o ataque e o fogo destruiu a casa e armazém.

Durante esta operação, entrou o navio austríaco *Conde de Proli*, capitão Tomaz Burton, no qual regressava de Bombaim André Daniel Pollet, o director da feitoria, e Van Dorselaer que vinha residir no estabelecimento como delegado da Companhia, sucedendo a Pollet na gerência. O capitão-tenente Garcez Palha foi a seu bordo, intimando-os a apresentarem--se na *Santa Ana* — uma carta, provavelmente de Pollet, insinua que aquele oficial os atraiu à fragata portuguesa à má fé, sob pretexto de lhes ser feita entrega do *Príncipe Fernando*.

A 3 de Maio, finalmente, a expedição largou da baía, rumo a Moçambique. A *Santa Ana* conduzia os prisioneiros e na sua esteira navegavam os dois navios austríacos apresados e o inglês que não cumprira a intimação de abandonar o porto.

Ia vitoriosa... Mas mais uma vez os Portugueses, deixavam a baía de Lourenço Marques desguarnecida, a soberania nacional ilusoriamente fundada em compromissos dos régulos e exercendo-se pelo (de resto, só pretenso) monopólio comercial. A reconquista era, afinal, a restituição do antigo quadro da exploração comercial da baía. O espírito de 500 e 600 sobrevivia ainda, apesar das lições já sofridas, com a sua concepção mercantilista do senhorio pela navegação e comércio.

De facto, em nenhum dos documentos que se conhecem encontramos o desígnio de ocupação. As instruções a Godinho de Mira mandavam, simplesmente: destruir e arrasar tudo que na baía houvesse de estabelecimentos e fortificações; fazer reconhecer aos régulos que incorreriam na indignação de Sua Majestade se consentissem que nação alguma se estabelecesse

nos domínios da Coroa portuguesa ou fizesse comércio nesta costa» O.

O próprio vice-rei, no entanto, sentia que estas providências, por si sós, «ficariam frustâneas e inúteis para o futuro». Por isso, tomava as precauções com que acreditava consolidá-las. Ordenou ao governador de Diu que persuadisse os negociantes dessa praça a desviarem, anualmente, dos cinco navios que mandavam à Ilha de Moçambique, dois ou um para o comércio da baía de Lourenço Marques. Ao capitão-general de Moçambique mandou que tentasse o mesmo junto dos negociantes da Ilha e que, «muito principalmente», pusesse em guarda-costa na baía uma embarcação armada em guerra, “para impedir e defender às nações estrangeiras o comércio e a usurpação dos reais domínios».

Triste e pobre eco, à distância de duzentos e setenta e seis anos, da famosa recomendação do primeiro vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida: «Que toda a vossa força seja no mar»! E não deixa de ser estranha esta obstinação no esquema marítimo-mercantil como expressão e garantia do domínio português na baía de Lourenço Marques, quando já o espírito novo que orientava a crescente expansão ultramarina europeia — na África e na Ásia denunciava por irritado o direito de «descoberta, navegação e comércio». Portugal invocaria e advogaria ainda, nas contestações internacionais e nas discussões entre chancelarias, as linhas

(¹) Alexandre Lobato diz que nas instruções ao governador de Moçambique o vice-rei sugeria «que fosse construída uma feitoria e uma casa forte em Lourenço Marques guarnecida com artilharia». É pena que Lobato não tenha publicado o texto das instruções. No extracto, publicado por Paiva Manso, da carta para a Corte, 20 de Janeiro de 1781, em que o, vice-rei resume as instruções que dera ao governador, nada consta sobre tal sugestão.

puras desse direito ⁽¹⁾ . Mas ele próprio vinha já articulando nos seus domínios o novo código... Em 1781, os demais portos da costa haviam já sido guarnecidos: Inhambane, ocupado em 1731; a ilha do Ibo, fortificada em 1760; Tangalane, na boca dos Bons Sinais, refortificada em 1753 e 1771. Apenas Lourenço Marques se achava, ainda, desocupado.

O plano de D. Frederico Guilherme de Sousa aparece, pois, como um anacronismo inválido — e sem dúvida continha em si a frustração da reconquista de Lourenço Marques. A expedição militar não teria sido mais que a acção de despejo dum intruso — mas a casa lá ficava, abandonada e de portas abertas, à mercê de qualquer outro que quisesse abrigar-se nela. Aquele navio de guarda da costa (navio que, de resto, a Capitania-Geral não possuía) tinha alguma coisa de pueril — um navio-brinquedo que não resistiria ao balanço da maré enchente da expansão europeia.

Valeu na emergência a determinação de Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, governador interino de Moçambique. Ele soube dar às instruções do vice-rei o sentido que lhes faltava. Assumiu, voluntarioso, a responsabilidade de ir além delas (posto que sempre dizendo que a elas se conformava...). E deliberadamente arrancou a venda à cabra-cega daquele jogo que as nações andavam a jogar na baía da Lagoa...

Este Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos foi homem discricionário, turbulento e despótico, mãos rotas ao lidar com a real fazenda, pouco de escrúpulos para acrescentar o seu próprio cabedal. Acabou,

(*) Assim o fazia ante o protesto formulado pela Corte de Viena contra a supressão violenta do estabelecimento em Lourenço Marques, respondendo com esse direito ao argumento de que o estabelecimento fora «fundado num país abandonado de toda a nação europeia e no qual não existia nenhum vestígio de dominação portuguesa».

alguns anos mais tarde, por ser remetido para Lisboa, a ferros... Mas aos homens se deve aplicar também o que Péguy disse das doutrinas filosóficas: «uma grande filosofia não é aquela contra a qual nada haja a dizer, mas aquela que tenha dito alguma coisa».

Vicente Caetano fez alguma coisa que os outros, antes dele, não tinham feito e que talvez nenhum outro, depois dele, poderia já fazer — alguma coisa que permitiu que Lourenço Marques ficasse portuguesa. Criou e mandou estabelecer o presídio de Lourenço Marques ⁽¹⁾ e assim assentou, realmente, o domínio português na tão disputada baía e suas terras.

O seu nome está injustamente esquecido, ignorado nesta cidade de que ele foi, afinal, o fundador.

As palavras que aqui escrevemos não bastam, sabemos-lo bem, à reparação que lhe é devida. Mas, assim mesmo, devotamente depomos ante a sua memória este livrinho, como um ex-voto de lembrança e gratidão.

(1) A palavra *presidio* é, vulgarmente, mal entendida. Significava a força militar que guarnecia uma *fortaleza*. Por extensão, designava a própria fortaleza, a localidade onde ela se achava, e, mais tarde, foi o título duma jurisdição administrativa.